

## **ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DA FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE TÊNIS DE**

**28 de março de 2015**

Aos 28 de março de 2015, reuniu-se a Assembleia Geral da Federação Portuguesa de Ténis, no Clube Internacional de Foot-Ball, adiante designado por CIF, marcada para as dez horas e trinta minutos e que teve início pelas onze horas conforme estabelecido estatutariamente. ---- Estiveram presentes a maioria das Associações à exceção de Coimbra, um dos elementos da Associação do Aveiro e um dos elementos Associação de Treinadores. Também presentes dois elementos do Conselho Fiscal. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral, José Reis deu as boas vindas, endereçando especialmente às Associações as felicitações por estarem presentes no nonagésimo aniversário da FPT. De seguida procedeu à leitura da convocatória da Assembleia que tinha dois pontos.----

Ponto Um - Apresentação, Discussão e Votação do Relatório e Contas de 2014.-----

Ponto Dois - Ratificação da adaptação dos Estatutos às alterações introduzidas no Regime Jurídico das Federações Desportivas pelo Dec. Lei nº 93/2014.-----

De seguida deu a palavra ao Presidente da Direção, Vasco Costa que deu as boas vindas aos presentes, agradecendo o esforço das associações em estarem presentes no jantar de gala comemorativo do aniversário da FPT. Relativamente ao Ponto Um, começou por apresentar desculpas pelo atraso verificado no envio da documentação que se deveu por estarem a aguardar o parecer da auditoria efectuada pela Price Waterhouse. Referiu ainda os relevantes cortes nos subsídios atribuídos pelas entidades estatais que no ano de 2014 foi de 2.5%, depois de um corte de 9% em 2012 e 20% em 2011. Referiu ainda que ainda assim, a Direção tem feito um esforço no sentido de que todos os eventos da FPT tenham um custo suportado por parcerias efectuadas, como aliás era o caso do jantar de gala, dignificando assim as actividades promovidas. Agradeceu ainda ao CIF a gratuita das instalações para a realização da presente assembleia e disponibilizou-se para responder a dúvidas das associações após a apresentação das contas pelo membro da Direção Cristina Oliveira a quem passou a palavra. Depois de cumprimentar todos os presentes, fez uma apresentação em powerpoint das principais rubricas do relatório e contas, entregue antecipadamente a todos os participantes. -- Terminada a sua apresentação o presidente da mesa deu a palavra à Associação de Ténis de Lisboa, na pessoa de Pedro Bívar, começou por realçar positivamente o aumento de torneios future. Referiu ainda que é entendimento desta associação que os estágios para a Taça Davis deveriam ser abertos a jogadores mais jovens, por forma a acompanharem os mais experientes, preparando o futuro da representação portuguesa. Finalmente falou sobre o ténis de praia para referir que sendo uma modalidade quase residual, com torneios e campeonatos

com poucos pares, tenham normalmente prize money's. Referiu considerarem serem extemporâneos quando as outras modalidades movimentam bastante mais jogadores. -----

De seguida usou da palavra a Associação de Ténis do Porto, através do seu presidente António Paes de Faria que iniciou por salientar que no geral o relatório e contas teriam um sentido de voto positivo, mas que ainda assim iria apresentar algumas coisas que não teriam funcionado tão bem no ano em apreço.-----

Assim começou por referir que não obstante o aumento dos torneios future, apenas um tenha sido feminino e que, por esse motivo, alertava a FPT para a necessidade de fomentar esta variante. Referiu ainda que o ténis de praia não se desenvolvia por falta de dinheiro e que o padel necessitava com urgência de uma Direção técnica sólida, pois o relatório refere o nascimento de novos clubes, como o de Matosinhos que não se filiou na FPT, por entender que não há investimento nesta modalidade. Pediu, neste sentido, mais intervenção e mais acção para além dos prize money's, para que esses clubes se revejam na condição de filiados da FPT. Sobre aspectos mas genéricos referiu que o PNDT carecia de maior relacionamento com as associações regionais, uma vez que não existia interligação entre os responsáveis da FPT e as associações. Referiu ainda que na formação era do conhecimento que algumas associações estavam a trabalhar, mas não havia qualquer informação sobre isso. Finalmente e falando sobre o fomento, referiu que a Associação de Ténis do Porto está preocupada, porque está longe de funcionar bem. O relatório da FPT apresenta um mapa dos clubes envolvidos, mas que ainda assim são menos. Disse que a FPT devia reunir por forma a recolherem informação que indique os caminhos a seguir. Disse que na A.T do Porto não há escolas envolvidas e perguntou quais as autarquias. Ainda assim considera que o plano pode funcionar se for melhorado.-----

Seguidamente pediu a palavra Pedro Frazão em representação da Associação de Ténis do Algarve para questionar o presidente da FPT sobre a que anos se referia a verba de 50.000 euros constante nas contas -----

Usou então da palavra o presidente da Direção da FPT, Vasco Costa para responder às diversas intervenções. Iniciou dizendo que no que respeitava aos torneios de ténis de praia bem como de padel, estiveram garantidos patrocínios que sustentaram os prize money's envolvidos. Acrescentou ainda existir um incentivo a novas zonas que fomentem estas modalidades, acreditando no crescimento do número de provas. Já no que respeita aos torneios future femininos, considera trazerem mais retorno que os masculinos, por serem mais familiares, mas que reconhecia que, a nível da procura serem os torneios masculinos os que se salientavam. Finalmente referiu que, nesta matéria ainda não tinha a FPT conseguido desmobilizar verbas do Instituto Português do Desporto e Juventude adiante denominado IPDJ. -----

Já no que respeitava ao Padel, começou por apresentar à assembleia as desculpas da Direção por ainda não terem apresentado o plano prometido para a modalidade, embora estejam cientes da situação. Contudo a grande sobrecarga de reuniões preparatórias para a cedência das instalações do complexo do Jamor, com as mais diversas entidades. Assumiu o compromisso de até final do mês de abril do corrente ano apresentar o prometido plano estratégico, informando ainda que foi introduzido um curso de treinadores de Padel que irá ser aprovado até ao próximo dia trinta de abril do corrente ano. -----

No que se refere ao PNDT e ao Fomento passou a palavra a João Paulo Santos, responsável da Direção, por estes pelouros. Assim e no uso da palavra o Senhor João Paulo Santos, começou por manifestar a sua estranheza que nas acções no âmbito do Play and Stay hajam menos clubes quando os valores canalizados para esta acção foram maiores. Contudo concorda que existe pouca comunicação entre a FPT e as Associações, mas que existia um esforço de melhoria nesse sentido, Informou que em maio do corrente ano convidaria as AR's para uma reunião no sentido de definirem uma estratégia de fomento junto das escolas e autarquias ----

De novo, o presidente da Direção da FPT, Vasco Costa, solicitou à vice-presidente Cristina Oliveira que respondesse à questão da verba dos 50.000euros atrás referida. Disse então que esta verba era proveniente de uma nota de crédito do IPDJ de ano anterior e que ainda não se encontrava reflectida nas contas. Também contemplava uma verba de 23.000 euros da seguradora Lusitânia por mudança de seguradora já em 2012. Embora este valor esteja consignado às contas iriam fazer um levantamento desde 2010 por forma a apurarem o valor final que poderá decrescer nesta rubrica. Finalmente esta verba considerava despesas mais pequenas ainda não contabilizadas de hotel em Israel aquando da taça davies que havia sido paga mas não reflectida nos custos e facturas não recebidas referentes ao ténis europeu no montante de 6.000 euros.-----

Pedi então a palavra a Associação de Ténis da Madeira, através do seu presidente João Pedro Mendonça , para elogiar a Direção da FPT pela evolução positiva das contas . Disse ainda estar mais convicto da bondade das mesmas depois de ter ouvido a intervenção da Associação de Ténis de Lisboa, porque na Madeira e graças ao Padel o número de filiados tinha aumentado, uma vez que o ténis está a passar grandes dificuldades pela diminuição do número de campos. Disse ainda que teria ficado bem na intervenção da Direção a referência de que o Campeonato Nacional de Ténis se tinha desenrolar naquela ilha, propondo mesmo manter o referido campeonato na Madeira. Acabou perguntando à Direção, de uma forma recorrente como afirmou, o ponto de situação quanto à pretensa federação de Padel criada ilegalmente.-----

Usou então da palavra a vice - presidente da Direção para a área jurídica, Leonor Chastre que fazendo um breve resumo histórico quanto a esta questão iniciou dizendo que a acção

prioritária era a anulação da marca Federação Portuguesa de Padel o que implicava a alteração dos estatutos da FPT que dominou esta parte da acção. Os estatutos foram enviados atempadamente ao IPDJ que entretanto os devolveu para alterações de pormenor que, em seu entender eram insignificantes. Foi então iniciada a tramitação legal pedindo a nulidade da marca que estimava ver diferida favoravelmente uma vez que o processo metido pela pretensa federação estava mal constituído administrativamente. Neste ponto, o presidente da Direção da FPT, Vasco Costa referiu que em fevereiro passado o Conselho de Ministros havia aprovado um diploma que proibia a utilização do nome Federação a todas as entidades que não tivesse o estatuto de utilidade pública.-----

Pedi então a palavra José Rosa Nunes presidente da Associação de Ténis do Algarve. Iniciou a sua intervenção dando os parabéns pelos 90 anos da FPT, fazendo de seguida uma referência à realidade das diversas modalidades no Algarve. Assim e relativamente ao ténis de praia naquela zona tem sido um êxito, com torneios com trinta e mais participantes, incluindo jogadores de nacionalidade espanhola, embora existindo falta de informação com o Coordenador da FPT. No Padel e também naquela zona, as coisas têm funcionado muito bem, porque afirmou, os envolvidos se reveem na FPT, não obstante a pressão quase semanal da pretensa federação da modalidade. Por isso, considera muito importante o diálogo permanente com os clubes visando chamá-los para o seio da FPT. Já no que respeita aos torneios futuros femininos os mesmos acabaram praticamente no Algarve por falta de inscrições ao contrário dos masculinos onde tem havido incremento. Finalmente referiu que a área de fomento tem funcionado junto das escolas devido à existência de um coordenador local. Nas autarquias não tem funcionado por manifesta falta de capacidade financeira das mesmas. -----

António Santos Serra presidente da Associação Regional de Lisboa interveio para dizer que na parte relativa às contas estavam confortados com a auditoria realizada, o que significaria não existir mais dívida oculta. Contudo esta associação não iria votar favoravelmente as contas por se apresentarem deficitárias. Já no que se refere ao plano de actividades na rubrica relativa ao CAR, Centro de Alto Rendimento, reconhece que apesar do modelo estar a ser mantido o esforço da FPT para majorar um programa que é difícil de incrementar. Já no que respeita ao Fomento lembrou que há cerca de um ano e no âmbito de um fórum das associações no Algarve, apareceu um projecto, em seu entender, megalómano. Contudo actualmente ainda está pior do que seria suposto. Considerou ter de haver uma maior descentralização da formação e uma reestruturação geral com maior intervenção das AR'S, com a ajuda da FPT e não o contrário. Por estes motivos não poderão votar favoravelmente o Relatório. -----

Pedi de novo a palavra a Associação de Ténis de Lisboa, na pessoa de Pedro Bívar para

perguntar como é que a Direção da FPT pensava ultrapassar os pedidos de dispensa de jogadores da representação de Portugal nos campeonatos da Europa, uma vez que a equipa de Sub 18, eram com jogadores de segunda linha, conforme evidenciado na página 18 do relatório, Ainda e referindo-se ao documento informou que a sua associação não nota qualquer aproximação entre a FPT e com os clubes, no que respeita ao CAR, conforme descrito. Mais considerou que existe falta de reconhecimento da FPT para com os clubes que alimentam o CAR com os seus jogadores, ficando mesmo os clubes à margem da informação. Terminou referindo que tem de haver mais informação dado que os jogadores são dos clubes e não do CAR.-----

A Associação de Ténis do Alentejo, na pessoa do seu presidente Filipe Serrote, usou da palavra cumprimentar a FPT pelo seu aniversário e informar que em final de mandato na sua associação queria deixar uma nota positiva ao trabalho da atual Direção. Disse que o Alentejo tinha sido colocado no mapa nacional do ténis, devido ao esforço da Direção da Associação em participar em todas as iniciativas. Informou ainda que têm tido um bom acolhimento nas Câmaras Municipais, embora haja mercado a explorar nesta matéria. Gostaria que a nível da formação houvesse uma maior descentralização com método e organização, porque o Alentejo é grande e o desequilíbrio dos apoios serem muito díspares.-----

Em conclusão do relatório e contas o presidente da Direção da FPT, Vasco Costa começou por referir que gerir a FPT não era a mesma coisa que gerir uma empresa, uma vez que a gestão está intimamente ligada à celebração e rigoroso cumprimento de contratos programa que, a não serem honrados, implicam a devolução de parte ou da totalidade das verbas envolvidas. As contas, referiu, se não tivessem contabilizado verbas de exercícios anteriores, seriam positivas ou no limite em zero.-----

Ainda antes da votação deste primeiro ponto Miguel Passos presidente da Associação de Treinadores usou da palavra apresentado os seus cumprimentos e informando que está em final de mandato, não se recandidatando. Disse ainda que, pela primeira vez estava muito agradado com as contas porque se ficou a saber com clareza o valor que a FPT deve. Por esse motivo a sua representada iria votar favoravelmente as contas.-----

O presidente da Mesa da Assembleia Geral, José Reis pôs então à votação o Relatório e Contas cujo resultado foi o seguinte: Aprovado com dezanove votos a favor, duas abstenções das Associações de Ténis de Lisboa e Leiria e zero votos contra.-----

Passou-se então ao Ponto Dois da Ordem de Trabalhos, tendo o presidente da Mesa da Assembleia Geral, José Reis referido que apesar deste ponto resultar de uma imposição legal não era linear a sua análise. Tendo também sido enviado tardiamente não sabia se o mesmo estaria em condições de ser ratificado. Em nome da Direção usou da palavra a vice presidente

para a área jurídica, Leonor Chastre que elucidou a assembleia que as adaptações eram cabíveis e enquadráveis no novo decreto lei, tendo ainda assim o IPDJ enviado um ofício para que se procedessem a pequenas alterações de nomenclatura, com alguns preciosismos excessivos, em sua opinião. Mais considerou que pela existência de prazos o documento havia já sido entregue no IPDJ. Disse ainda que a maior questão considerada foi a forma de eleição para os órgãos sociais pelo facto do IJP quer ver nesse ponto plasmada a reprodução da lei. Finalizou dizendo que já na assembleia anterior o tema tinha sido abordado embora não tenha ficado evidenciado na acta, razão pela qual se pede a presente ratificação.-----

A Associação de Ténis do Porto, através do seu presidente António Paes de Faria usou da palavra para dizer que apesar das imposições legais o documento deveria ter sido apresentado atempadamente as AR'S para discussão. Disse ainda não se ter apercebido da assembleia anterior de ter sido aprovado um voto de confiança pelo que estranhava que este ponto fosse apenas ratificação. Em seu entender o documento deveria ter sido enviado à AR'S antes do envio ao IPDJ, uma vez que para aprovação da alteração de estatutos é obrigatória uma maioria qualificada. Disse ainda que, no documento tardiamente enviado, não estavam evidenciadas as alterações a introduzir, propondo que ou a Direção retirava o documento para ser aprovado numa próxima assembleia ou o Porto votaria contra.-----

Sobre este ponto o presidente da Direção da FPT, Vasco Costa disse que as alterações havidas decorriam única e exclusivamente da lei. Foi uma simples adaptação e isto porque o IPDJ e a Secretaria de Estado apenas assinaria os contratos programa com as federações que tivessem os estatutos de acordo com o seu entendimento. Estava pois em causa a assinatura dos aludidos contratos programa. -----

Rui Bastos, vice - presidente da Mesa da Assembleia Geral interveio para perguntar à Direção se as alterações registam apenas as decorrentes da lei não sendo passíveis de discussão. -----

A vice - presidente da Direção, Leonor Chastre respondeu que sim. Que as alterações foram estritamente as exigidas de modo a que possam ser outorgados os contratos programa, sendo alterações administrativas não tendo havido uma revisão profunda dos estatutos. Sugeriu mesmo que se possam analisar alterações profundas numa outra ocasião.-----

A Associação de Ténis da Madeira, através de João Pedro Mendonça pediu uma clarificação sobre a nova redação relativa à forma de representação na assembleia geral da FPT pelas AR'S. Pelo seu entendimento antes de cada assembleia geral da FPT, deverá ser efectuada uma Assembleia Geral das AR'S por forma a eleger os seus representantes.-----

De novo no uso da palavra António Paes de Faria, presidente da Associação de Ténis do Porto referiu que mantém a sua posição pelo procedimento incorreto da FPT, embora concordando que as alterações são minimalistas. No entanto a questão anteriormente levantada sobre a

forma de representação nas assembleias gerais da FPT deixava a sua associação numa posição difícil. Era seu entendimento que o pretendido com este modelo era ter assembleias mais representativas, fazendo contudo logo a seguir uma "asneira" ao permitir o voto por correspondência. Assim e no máximo a sua associação apenas se poderia abster neste ponto considerando a falta de tempo para análise do documento.-----

A vice - presidente da Direção, Leonor Chastre disse que a FPT não poderia contrariar a lei, sendo pelos motivos anteriormente elencados imperioso aprovar esta alteração de acordo com o entendimento dos organismos oficiais.-----

O José Rosa Nunes presidente da Associação de Ténis do Algarve, reconheceu nas pessoas da Direção da FPT, gente de boa-fé deixando um voto de louvor ao Senhor Presidente da Direção, manifestando que a sua associação votaria favoravelmente a ratificação apresentada. -----

O Presidente da Direção da FPT, Vasco Costa reafirmou que as alterações decorriam de imposição legal e que propunha a criação de um grupo de trabalho para uma futura análise profunda dos estatutos -----

O Presidente da Mesa, José Reis pôs então à votação este ponto que foi aprovado com zero votos contra, três abstenções das Associações de Ténis do Porto, Lisboa e Setúbal e dezassete votos a favor das restantes Associações e da Associação de Treinadores.-----

Ainda antes do encerramento da presente assembleia - o Presidente da Direção da FPT, Vasco Costa informou que contrariamente ao desejado o protocolo de cedência do complexo do Jamor à FPT, não seria aprovado durante o jantar de gala a realizar na noite desse dia, porque surgiu mais uma entidade envolvida, a Direção Geral do Tesouro, proprietária dos terrenos, estando agora a decorrer negociações nesse sentido que, acredita chegarão a bom termo. -----

O Presidente da Associação de Ténis de Castelo Branco, José Mendes Jorge convidou a FPT a realizar a próxima Assembleia Geral da FPT na cidade de Castelo Branco e entregou ao Presidente da Direção da FPT uma lembrança comemorativa do nonagésimo aniversário da FPT.-----

Não havendo mais assuntos a abordar o presidente da Mesa, José Reis, deu por encerrada a assembleia pelas treze horas e vinte e cinco minutos, da qual se lavrou a presente ata que será assinada pelos membros da Mesa.

Lisboa, 28 de março de 2015

O PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

